

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERFIL E FORMAÇÃO INICIAL DE ESTAGIÁRIOS QUE AUXILIAM ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

INCLUSIVE EDUCATION: PROFILE AND INITIAL TRAINING OF TRAINEES ASSISTING SPECIAL EDUCATION STUDENTS

EDUCACIÓN INCLUSIVA: PERFIL Y FORMACIÓN INICIAL DE LOS PRACTICANTES QUE AYUDAN A ESTUDIANTES DE EDUCACIÓN ESPECIAL

Fernanda Cilene Moreira de Meira
Universidade do Estado de Minas Gerais

Daniele dos Santos Pereira
Universidade do Estado de Minas Gerais

Mônica Maria Farid Rahme
Universidade Federal de Minas Gerais

LICENÇA CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



Artigo recebido em: 31/03/2025

Aprovado em: 25/06/2025

Resumo: Teve-se como objetivo analisar o perfil de estagiários que atuam com estudantes da Educação Especial, focalizando a formação e a capacitação que recebiam de uma rede pública de ensino para apoiar esse público. A pesquisa foi feita com graduandos de uma universidade estadual com análise documental e aplicado questionário on-line para 67 alunos de cursos de licenciatura. Os resultados indicaram baixa oferta de disciplinas relacionadas à temática da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva durante a formação inicial, oferta de capacitação insuficiente, necessidade de conhecimentos sobre recursos que podem ser utilizados nas atividades escolares diárias, orientações específicas sobre a atuação do estagiário no ambiente escolar e sobre os seus deveres e direitos. Considera-se que o estágio desempenha um papel fundamental no desenvolvimento profissional e pessoal, oportuniza aplicação de conhecimentos teóricos em um ambiente real de trabalho e estimula reflexões sobre Educação Inclusiva, proporcionando aos alunos apoio profissional humanizado.

Palavras-chave: Estágio não obrigatório. Estágio remunerado. Educação inclusiva. formação de professores. Capacitação de professores.

Abstract: The aim of this study was to analyze the profile of trainees who work with special education students, focusing on the training they received from a public school system to support this public. The research was carried out with undergraduates from a public state university, using document analysis was carried out and an online questionnaire was administered to 67 undergraduate students. The results indicated a low number of subjects related to Special Education from the perspective of Inclusive Education during initial training, insufficient training, as well as a need for knowledge about resources that can be used in daily school activities, more specific guidance on the trainee's role in the school environment and on their duties and rights. It is considered that the internship plays a fundamental role in professional and personal development, providing an opportunity to apply the theoretical knowledge acquired, in a real work environment, which can stimulate reflections on Inclusive Education, providing students with humanized professional support.



Keywords: Non-mandatory internship; Paid internship; Inclusive education; Teacher training; Capacity building.

Resumen: El objetivo de este estudio fue analizar el perfil de los aprendices que trabajan con alumnos de educación especial, centrándose en la formación que recibieron de un sistema público de enseñanza de apoyo a este público. La investigación se llevó a cabo con estudiantes de pregrado de una universidad estatal, analizando documentos y aplicando un cuestionario en línea a 67 estudiantes de pregrado. Los resultados indicaron un bajo número de asignaturas relacionadas con la Educación Especial desde la perspectiva de la Educación Inclusiva durante la formación inicial, una formación insuficiente, la necesidad de conocimientos sobre los recursos que se pueden utilizar en las actividades escolares diarias, orientaciones específicas sobre el papel del alumno en el entorno escolar y sobre sus deberes y derechos. Se considera que las prácticas desempeñan un papel fundamental en el desarrollo profesional y personal, proporcionando la oportunidad de aplicar los conocimientos teóricos en un entorno real de trabajo y estimulando la reflexión sobre la Educación Inclusiva, proporcionando a los estudiantes un apoyo profesional humanizado.

Palabras clave: Prácticas no obligatorias. Prácticas remuneradas. Educación inclusiva; Formación docente. Capacitación.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) do Brasil visa a assegurar que o público da Educação Especial, composto por alunos com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, tenha acesso à inclusão escolar. Dentre os direitos garantidos pelos sistemas de ensino estão a oferta do atendimento educacional especializado (AEE), formação de professores para atuar nesse serviço e para os demais profissionais que atuam no contexto da inclusão escolar (Brasil, 2008). A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, art. 3º, prevê a atuação do profissional de apoio escolar, que oferecerá suporte nas atividades escolares, participando diretamente com o aluno em suas necessidades específicas, que podem incluir assistência na locomoção, alimentação, higiene e outras atividades cotidianas. Para tanto, considera-se as especificidades de cada aluno, bem como a presença de barreiras que podem impedir a sua participação nas atividades escolares, acessibilidade aos mobiliários e equipamentos, acesso à informação e comunicação. Nesse contexto, o profissional de apoio desempenha um papel fundamental na garantia do direito desses estudantes à educação.

Atualmente, tem-se observado no Brasil a materialização de ações que visam a garantir os atendimentos necessários para a frequência dos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns. Entretanto, Melo e Kassir (2023) apontam precariedades na implementação das políticas públicas voltadas para a execução dos direitos garantidos pela legislação brasileira, fato que leva muitas famílias a recorrerem ao Poder Judiciário, buscando a efetivação dos direitos legais. Em relação à Educação Especial, tal busca “refere-se à solicitação de várias ordens, como: a efetivação da própria matrícula do aluno, o recebimento de atendimento educacional especializado, a necessidade de adequações arquitetônicas, a contratação de professor especializado ou profissional de apoio, entre outras” (Melo; Kassir, 2023, p. 82). A esse respeito, Lopes e Dainez (2023) assinalam que, dentre as ações impetradas com êxito, a maioria se refere a solicitações relacionadas ao profissional de apoio.

Apesar da previsão do profissional de apoio na legislação brasileira, não há clareza sobre sua formação mínima, jornada de trabalho e remuneração, nem padronização da nomenclatura utilizada.



Lopes e Mendes (2008) destacam outros usos como cuidador, monitor ou acompanhante especializado. Há também diversidade de contratos de trabalho nas redes de ensino.

Dos diversos profissionais que atuam na Educação Inclusiva, observa-se, em algumas redes de ensino, a presença do aluno de graduação que, durante o estágio não obrigatório, é contratado como estagiário para auxiliar alunos da Educação Especial. Cunha et al. (2012) citam, nesse sentido, a experiência da cidade do Rio de Janeiro em relação à contratação de estudantes sem formação adequada e com baixa remuneração. Vicente e Bezerra (2017), em pesquisa realizada no sul do Mato Grosso do Sul, afirmam, por sua vez, que professores e estagiários desconheciam suas funções em relação ao atendimento do aluno com deficiência, fato que gerava sua exclusão.

O estágio não obrigatório é uma possibilidade que acadêmicos inseridos na educação superior têm para aliar formação e renda. Um dos motivos para escolha do estágio não obrigatório é a remuneração que ele proporciona, pois a bolsa recebida pelo acadêmico pode ser a primeira renda formal de vida, podendo ser utilizada para sua subsistência e custeio das despesas do ensino superior (Santos; Silva, 2020). Além disso, essa experiência complementa sua formação, possibilitando uma articulação entre teoria e prática, e aproximando-o do mercado de trabalho, visto que é possível acessar conhecimentos práticos em sua área de formação, antes mesmo da conclusão de seu curso. Nesse sentido, ao realizar o estágio:

Busca-se, por meio desse exercício, beneficiar a experiência e promover o desenvolvimento, no campo profissional, dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso nas instituições superiores de ensino, bem como, favorecer por meio de diversos espaços educacionais, a ampliação do universo cultural dos acadêmicos (Scalabrin; Molinari, 2013, p. 3).

O estágio não obrigatório é uma atividade de aprendizagem que visa a complementar a formação acadêmica e profissional dos estudantes de ensino superior, técnico ou médio. Lima et al. (2020) afirmam que as práticas de ensino e os estágios supervisionados representam uma instância importante e fundamental à formação do docente, sendo marcada por intensa e significativa aprendizagem profissional.

A Educação Inclusiva, na perspectiva dos estudantes com deficiência no ambiente escolar, busca garantir que todos os sujeitos tenham adequadas oportunidades de aprendizagem e participação. Para isso, é necessário considerar as necessidades individuais de cada aluno e oferecer os apoios e recursos adequados (Valle, 2002). A Educação Inclusiva desempenha um papel fundamental no ambiente escolar, promovendo a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade. Ainda, dados de uma revisão de estudo internacional sobre convivência entre alunos com e sem deficiência que revelou “um efeito positivo, ou não negativo, sobre o progresso acadêmico e social de alunos sem deficiências” (Valle, 2002, p. 19). Portanto, a Educação Inclusiva beneficiaria não apenas os estudantes com deficiências, mas toda a comunidade escolar.

O profissional de apoio escolar, mesmo na figura do estagiário, desempenha um papel fundamental. Segundo Glat e Pletsch (2011), o estagiário ocupa um lugar importante na sala de aula, auxiliando as crianças com deficiência, mas deve trabalhar sob a supervisão e orientação de profissionais capacitados, como docentes regentes de turma e professores especialistas para o Atendimento Educacional Especializado.





Diante disso, o objetivo desta pesquisa foi analisar três fatores que se entrecruzam em torno dessa temática: o perfil dos estagiários, a formação inicial ofertada pela Instituição de Ensino Superior (IES), onde estão matriculados, e a capacitação para apoio ao público da Educação Especial, disponibilizado pelas redes de ensino. A relevância do estudo está fundamentada no crescimento das matrículas de alunos com deficiência nas escolas, o que indica, também, o aumento da demanda de profissionais de apoio para atender esse público.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa está circunscrita a um município da região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, e contou com uma abordagem mista para coleta e análise dos dados. Como procedimento metodológico, foram selecionados os cursos da IES que tinham alunos vinculados ao núcleo de estágio não obrigatório, a saber, Ciências Biológicas, Educação Física, Letras, Matemática e Pedagogia. Foi realizada aplicação de questionário e análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) para identificar ementas de disciplinas que abordassem a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. O questionário foi composto de 32 questões e dividido em três seções para identificação do perfil dos estudantes (idade, sexo, curso e turno em que estuda); formação na universidade para auxiliar alunos da Educação Especial e capacitação ofertada pela Secretaria Municipal de Educação para realização do estágio.

Durante o período em que o questionário ficou disponível para preenchimento, uma das estratégias utilizadas para incentivar os estagiários a respondê-lo foi a realização de visitas às salas de aulas de todos os cursos com autorização prévia dos docentes. Utilizou-se, também, como estratégia para divulgação do instrumento, afixação de avisos e de cartazes com código de barras do tipo QR code nos murais de todos os prédios da IES, envio de e-mails e de mensagens via WhatsApp com link de acesso ao formulário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A IES onde a pesquisa foi realizada conta, atualmente, com a oferta de nove cursos de graduação: Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação Física, Engenharia Ambiental, Física, História, Letras, Matemática e Pedagogia. No entanto, participaram da pesquisa apenas alunos dos cursos de Ciências Biológicas, Educação Física, Letras, Matemática e Pedagogia, pois os demais cursos haviam iniciado as primeiras turmas no primeiro semestre de 2023 e não possuíam alunos que faziam o estágio não obrigatório durante a coleta de dados junto ao Núcleo de Estágio não Obrigatório. Todos o PPC dos cinco cursos analisados foram aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) no ano de 2016, e todos os cursos eram ofertados na modalidade presencial.

Durante o período de realização da pesquisa, foram identificados 160 estagiários com contratos ativos para auxiliar alunos com deficiência no município. Desses, 120 tinham e-mail e 90 tinham número de telefone cadastrados. Foram enviados e-mails e mensagens através dos números de WhatsApp para todos os estudantes, totalizando 210 tentativas de contato não presencial. O processo de análise de dados e aplicação do questionário durou aproximadamente dois meses: maio e junho de 2023. Como critérios de inclusão, foram analisados os dados de todos os respondentes



que estavam regularmente matriculados na IES, que estivessem cursando ou já concluído o estágio não obrigatório, e que assinalaram leitura e concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS

Para contextualizar os dados construídos a partir da aplicação dos questionários, é relevante abordar como temas relacionados à escolarização de estudantes da Educação Especial insere-se na formação dos licenciandos, conforme indica o quadro 1:

Quadro 1 – Relação de cursos, carga horária e oferta de disciplina sobre Educação Inclusiva

Curso	Turno	Disciplina	Tipo	Carga horária
Ciências Biológicas	Matutino	Libras	Obrigatória	30 horas
Educação Física	Matutino e Noturno	Libras	Obrigatória	30 horas
		Educação Física, Inclusão e Práticas Corporais Adaptadas	Obrigatória	60 horas
		Tópicos em Esporte Adaptado e Esporte Paralímpico ¹	Optativa	-----
Letras	Noturno	Libras	Obrigatória	30 horas
Matemática	Noturno	Libras	Obrigatória	30 horas
Pedagogia	Matutino e Noturno	Libras	Obrigatória	30 horas
		Educação Inclusiva	Obrigatória	30 horas
		Representações Sociais e Língua Portuguesa, Alfabetização e Inclusão: desafios teórico-metodológicos	Optativa	30 horas

Fonte: Elaborado pelas autoras, com dados da pesquisa, 2023.

Nesse sentido, verificou-se que a disciplina de Libras tem 36 horas, é obrigatória e ofertada em todos os cursos da unidade. A obrigatoriedade se deve ao Decreto n. 5626/2005, que determinou Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior (Brasil, 2005). As ementas dos cursos de Ciências Biológicas, Educação Física, Letras e Matemática apresentam a mesma proposta, apenas o curso de Pedagogia tem ementa diferente. Em relação aos quatro cursos, a escrita do nome da Língua Brasileira de Sinais (Libras) está com a grafia invertida: Língua de Sinais Brasileira. De acordo com o PPC, nessa disciplina são abordadas dimensões relacionadas ao reconhecimento da língua e da comunidade surda, aspectos históricos, legais, gramaticais, sociais, além de comunicação e educação bilíngue. Na ementa do curso de Pedagogia, observa-se apenas o uso da sigla em caixa alta, LIBRAS. Conforme o PPC, durante a disciplina de Libras, são discutidos elementos sobre a história da educação de surdos e da língua de sinais, legislação, currículo e gramática, materiais e atividades adaptados e questões sobre a identidade e cultura surda. Apesar de possuir a mesma carga horária que os demais cursos, a ementa aborda mais temáticas e propõe maior aprofundamento.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, não foram identificadas outras disciplinas nos cursos de Ciências Biológicas, Letras e Matemática sobre Educação Inclusiva, observaram-se apenas menções à temática em algumas disciplinas ou indicação de textos na bibliografia complementar. Na disciplina de Psicologia e Educação, no curso de Ciências Biológicas, sugere-se que seja feito diálogo

¹ A carga horária da disciplina Tópicos em Esporte Adaptado e Esporte Paralímpico não está especificada no PPC do curso.





entre Psicologia e as práticas educativas sobre atividade docente, relações ensino-aprendizagem, a interação professor-aluno e os temas transversais, com indicação de leitura da bibliografia complementar sobre Educação Inclusiva e mediação docente.

Em Letras, na disciplina de Metodologia do Ensino, há indicação de leitura complementar sobre políticas organizativas e curriculares, Educação Inclusiva e formação de professores. É feita menção sobre o estágio curricular supervisionado que o curso se preocupa com a formação de profissionais “reflexivos, críticos, preparados para atuar em diferentes realidades educacionais inclusivas e sociais” (Minas Gerais, 2016c, p. 45). Também é previsto que os estudantes possam escolher a linha de pesquisa Ensino de Libras e Educação Inclusiva para o Trabalho de Conclusão de Curso.

No curso de Matemática, de acordo com o PPC, espera-se que o egresso possa consolidar a “[...] Educação Inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras” (Minas Gerais, 2016c, p. 41). Entretanto, não constam disciplinas específicas sobre Educação Inclusiva, apenas indicativos de que a temática pode ser abordada em duas disciplinas do curso. Nesse sentido, em Seminários de Ensino, Pesquisa e Extensão IV, focaliza-se o trabalho docente, e são apresentados debates sobre a relação entre a educação e o trabalho, a diversidade, direitos humanos e cidadania. Há indicação de duas bibliografias sobre a escola comum inclusiva e a inclusão na Educação Matemática. A ementa da disciplina de Fundamentos de Educação a Distância aborda Tecnologias Digitais e Educação Inclusiva. Na disciplina de Metodologia do Ensino da Matemática I, um dos itens da ementa contempla a inclusão e diversidade para o ensino de matemática no Brasil. No entanto, infere-se que se trate da inclusão numa perspectiva mais ampla, relacionada à democratização do ensino, pois não foi localizada na bibliografia indicação de textos que abordem a Educação Inclusiva e uma bibliografia complementar sobre tecnologias para a Educação Inclusiva.

Os cursos de Educação Física e Pedagogia possuem outras disciplinas sobre Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, além da disciplina de Libras.

Em Educação Física, foram identificadas duas disciplinas: Educação Física, Inclusão e Práticas Corporais Adaptadas (obrigatória); e Tópicos em Esporte Adaptado e Esporte Paralímpico (optativa). Na primeira, são abordadas temáticas sobre práticas corporais adaptadas, Educação Física adaptada, estratégias metodológicas para aulas para pessoas com deficiência, conceitos sobre exclusão, segregação, integração, inclusão e legislação. Na segunda, o foco está nas práticas esportivas adaptadas, com abordagem histórica, diferenciação entre Esporte Paralímpico e Esporte Adaptado, classificação funcional, conhecimento técnico das modalidades e metodologias de ensino.

De acordo com o PPC de Pedagogia, é ofertada a disciplina obrigatória Educação Inclusiva, além de Libras. Conforme descreve a ementa, nessa disciplina são discutidos aspectos históricos, princípios e fundamentos da educação, da Educação Especial, legislação, a política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, acessibilidade e inclusão escolar. Além das disciplinas obrigatórias, consta a disciplina optativa Representações Sociais e Língua Portuguesa, Alfabetização e Inclusão: desafios teórico-metodológicos. Nela, são abordados aspectos sobre alfabetização e inclusão para ensino da Língua Portuguesa, uso social da escrita, alfabetização da pessoa com deficiência motora, intelectual e surdos, estratégias de ensino para alunos cegos ou com baixa visão e Atendimento Educacional Especializado nas salas de recursos multifuncionais. O PPC do curso prevê que, em caso de matrícula de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista



(TEA) e altas habilidades/superdotação na graduação, deverão ser feitas adaptações em relação à metodologia de ensino e avaliação, levando em consideração as especificidades de cada estudante.

De acordo com a organização da IES, é possível que os estudantes cursem disciplinas eletivas sobre a Educação Inclusiva em outras unidades acadêmicas da instituição. Todavia, não foi possível identificar a efetivação dessa possibilidade durante a pesquisa, tendo em vista que a universidade possui 141 cursos de graduação, distribuídos por 22 unidades acadêmicas localizadas em 19 municípios diferentes, o que dificultou tal verificação. Acredita-se que a revisão do PPC dos cursos e acréscimo de mais disciplinas que discutam a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva seria fundamental para fortalecer o debate, proporcionar reflexão e experimentação sobre práticas inclusivas durante a formação inicial dos futuros professores. Para Tavares et al. (2016), a formação desses profissionais pode influenciar sua atuação e servir de base para seu desempenho e preparação para situações do cotidiano da sala de aula. Portanto, a qualificação profissional para se trabalhar na perspectiva da Educação Inclusiva poderá influenciar as práticas dos professores frente aos estudantes com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação.

O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os alunos matriculados nos cursos de graduação da IES pesquisada têm a oportunidade de realizar o estágio não obrigatório em instituições conveniadas ao Núcleo de Estágio não Obrigatório. No período da pesquisa, havia 107 instituições conveniadas, com prestação de serviços em academias, comércio, hospitais e empresas. Para atender aos objetivos da pesquisa, foram analisados, exclusivamente, dados sobre estágio não obrigatório realizado em escolas de Educação Básica na rede municipal de Ibirité para auxílio de alunos com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação.

O processo seletivo para realização do estágio não obrigatório é regido por edital para seleção de estudantes de cursos de graduação e curso técnico. Para tanto, busca-se estabelecer vínculo com as unidades da Secretaria Municipal de Educação, visando a

Proporcionar através da prática de estágio a oportunidade de inserção no mercado de trabalho para os universitários e técnicos dos segmentos propostos neste edital, favorecendo a aquisição e assimilação de conhecimentos e competências complementares por meio do acompanhamento diário e participativo no processo de ensino e aprendizagem dos educandos das Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil, assim como em outras unidades da Secretaria Municipal de Educação (Ibirité, 2022, p. 1).

O edital, publicado anualmente no Diário Oficial da cidade de Ibirité, é organizado e executado por comissão própria, estabelecida pela portaria de n. 857, de 9 de novembro de 2022. A comissão tem como função examinar as inscrições, os documentos apresentados e os resultados da prova objetiva. O processo seletivo foi constituído das seguintes etapas: inscrição, prova objetiva, análise de documentação, análise de certificados enviados e/ou avaliação referente ao estágio realizado no ano de 2022, ambos de caráter classificatório, cumprimento de requisitos e assinatura dos documentos de estágio – de caráter eliminatório.

O questionário foi enviado para estudantes dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Educação Física, Letras, Matemática e Pedagogia, que estavam realizando ou tinham realizado o estágio não obrigatório no município de Ibirité, conforme tabela 1. A IES tem, ao todo, 1585 alunos





matriculados, dos quais 160 fizeram o estágio não obrigatório auxiliando alunos com deficiência na rede municipal, no primeiro semestre de 2023. Ou seja, aproximadamente 10% dos alunos da graduação estão fazendo ou já fizeram o estágio na Educação Inclusiva. Após divulgação e disponibilização do formulário, obteve-se um total de 67 estudantes participantes da pesquisa, o que representa 42%, aproximadamente, do total de licenciandos que realizavam essa modalidade de estágio.

Tabela 1 – Dados sobre matrículas² na IES e estágio não obrigatório

Quantitativo de alunos da IES e participantes da pesquisa por curso	Total de matrículas	Total de alunos que fazem estágio não obrigatório auxiliando alunos com deficiência	Total de participantes da pesquisa
Ciências Biológicas	192	24	6
Educação Física	500	39	13
Letras	257	22	5
Matemática	152	10	2
Pedagogia	484	65	40
Total	1585	160	67

Fonte: Elaborado pelas autoras, com dados da pesquisa, 2023.

Em relação ao sexo, a maioria dos participantes são mulheres (n = 59) e oito são homens. Dos participantes, 41 possuem idade entre 20 e 30 anos; 19 entre 31 e 40 anos; e 7 entre 40 e 50 anos. O turno da noite tem maior prevalência, com 39 respondentes. Dos restantes, 26 são estudantes do turno da manhã e dois disseram estudar em ambos os turnos.

Para realizar o estágio não obrigatório para auxiliar alunos com deficiência, o estudante precisa encontrar-se regularmente matriculado a partir do segundo período. Por isso, não foram obtidas respostas de alunos do primeiro período. Diante disso, participaram da pesquisa sete alunos cursando o segundo período, oito matriculados no terceiro período, dois alunos cursando o quarto período, cinco alunos no quinto período, sete cursando o sexto, 19 alunos matriculados no sétimo, 17 cursando o oitavo e nono³ períodos e dois alunos o nono. Em relação ao curso, a maioria dos participantes são alunos do curso de Pedagogia (n = 40), seguido dos cursos de Educação Física (n = 13), Ciências Biológicas (n = 9), Letras (n = 5) e Matemática (n = 2) que teve a menor participação na pesquisa. Em relação ao período no qual o estudante realizou ou realizava o estágio não obrigatório, verificou-se que 19 permaneceram por menos de seis meses, nove entre seis meses e um ano, 28 de um ano a um ano e meio e 11 pelo tempo máximo de dois anos.

Em relação ao tipo de deficiência que o aluno da educação básica possuía, os estagiários poderiam assinalar mais de uma opção, considerando que o aluno pode ter duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social, e que o estagiário poderia acompanhar mais de um aluno simultaneamente ou diferentes alunos ao longo do período de estágio.

Conforme dados do gráfico 1, observa-se que o número de estagiários que acompanhavam alunos com TEA foi significativamente superior aos demais, totalizando 53. Na sequência, constam alunos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) (n = 31), deficiência mental (n = 15) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) (n = 13). Destaca-se a existência de um aluno com altas habilidades, dois alunos surdos e quatro com baixa visão. Não há registro de acompanhamento

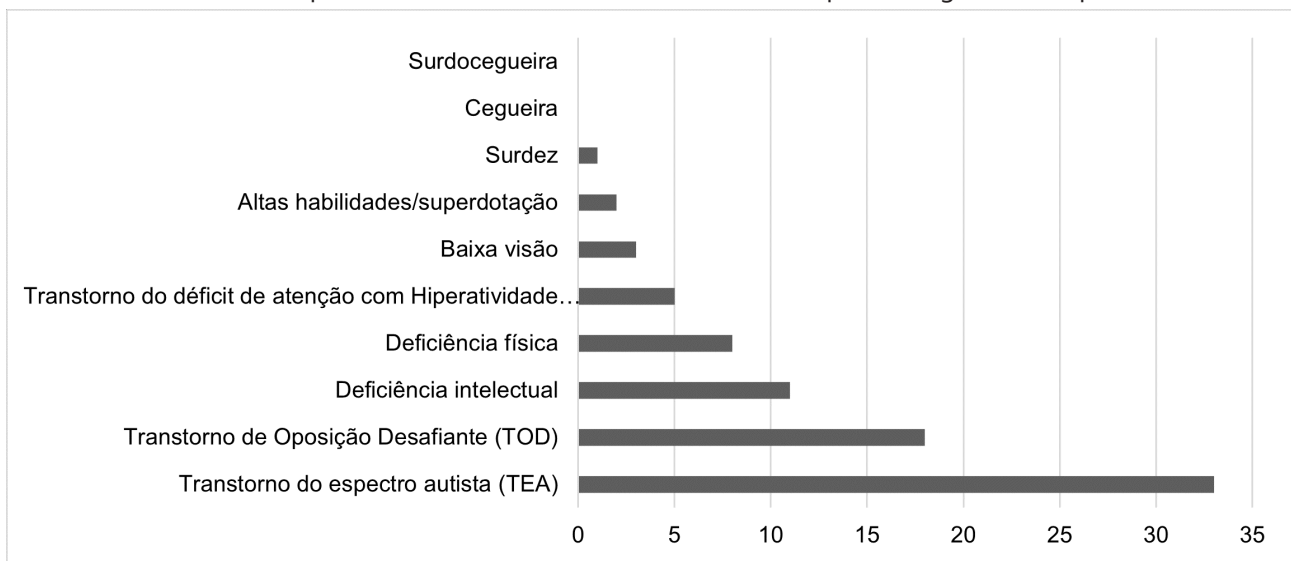
² Dados informados pela secretaria acadêmica da instituição, em julho de 2023.

³ O curso de Letras possui nove períodos, diferentemente dos demais, que possuem oito períodos.



de alunos cegos e surdocegos. Os dados sinalizam para a preponderância de alunos com TEA, TDAH, TOD e deficiência intelectual em relação a deficiências sensoriais e físicas. Os valores do gráfico são superiores ao total de participantes, pois poderiam ser assinaladas múltiplas opções.

Gráfico 1 – Tipo de deficiência ou transtornos⁴ do aluno que o estagiário acompanha



Fonte: Elaborado pelas autoras, com dados da pesquisa, 2023.

Em relação à formação inicial e capacitação, o questionário foi dividido em três etapas, para averiguar informações sobre a formação ofertada pela IES e capacitação disponibilizada pela prefeitura e realizada por iniciativa própria dos estagiários. Dentre os participantes, 46 responderam que cursaram disciplinas sobre Educação Inclusiva durante a graduação, sendo que 34 eram estudantes de Pedagogia. As disciplinas cursadas são predominantemente obrigatórias (n = 39) com matrícula em algumas disciplinas optativas (n = 11) com carga horária entre 30 e 60 horas. Sobre o tipo de temática abordada nas disciplinas da graduação, 32 estagiários relatam que tiveram orientações sobre TEA, 22 sobre TDAH, 22 sobre surdez, 20 sobre deficiência física e 19 sobre deficiência mental.

No que diz respeito à capacitação ofertada pela Secretaria Municipal de Educação, 42 estudantes responderam que não receberam nenhuma formação e 24 responderam afirmativamente. Outro fato importante a ser observado é que 27 alunos responderam que os cursos ocorrem uma vez ao ano com a duração de duas a cinco horas. Esse dado pode impactar a atuação do estagiário, que entra em sala de aula sem oferta de capacitação adequada pela contratante. Mostrou-se notória a preocupação dos estudantes em procurar uma capacitação para além da universidade e da Secretaria Municipal de Educação. Nesse sentido, 38 estagiários disseram realizar cursos de capacitação sobre Educação Inclusiva por conta própria, durante o período em que atuavam no estágio não obrigatório, sendo que 32 afirmaram ter cursado, pelo menos, uma capacitação por semestre, cinco de duas a três, e um estagiário afirmou ter realizado mais de cinco capacitações semestralmente.

Por fim, em relação às demandas de formação que julgavam necessárias, conforme gráfico 2, o questionário apresentou 11 questões em que os participantes deveriam assinalar a opção que melhor representasse a relevância de receberem capacitação para (1) selecionar recursos para pro-

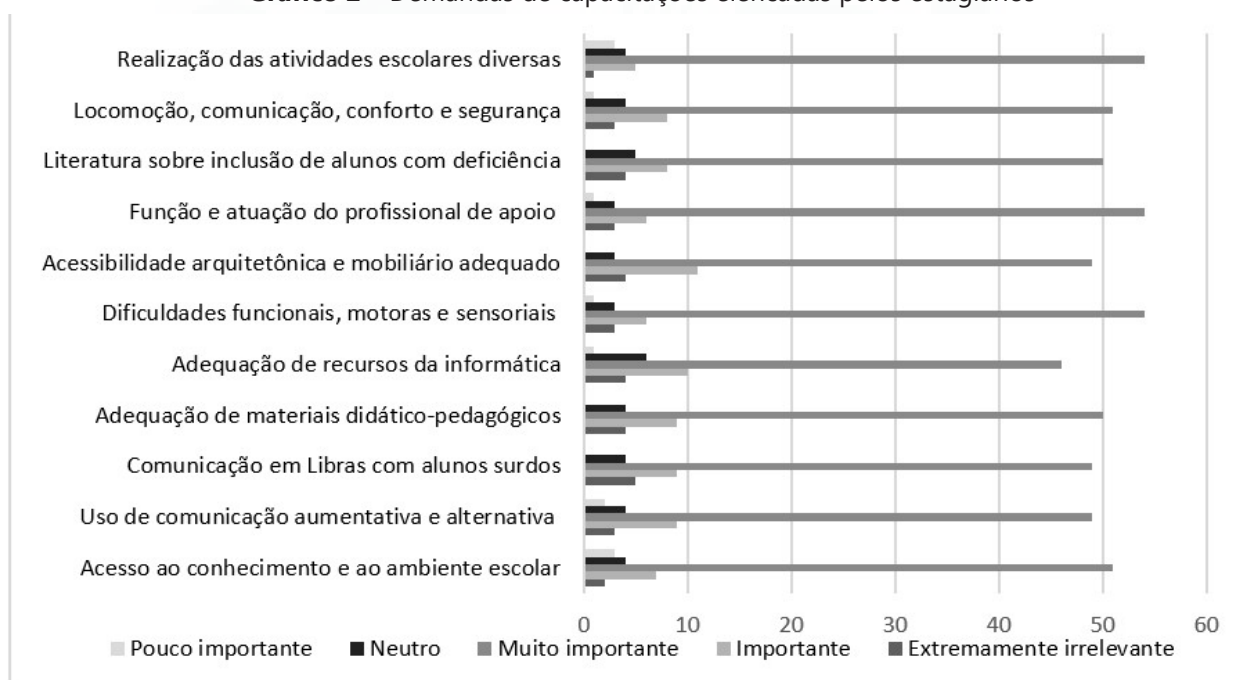
4 Alunos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem não são citados como público da Educação Especial, mas a Lei n. 14.254/2021 determina que o poder público tem o dever de desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com apoio educacional na rede de ensino e acompanhamento específico direcionado à sua dificuldade.





porcionar aos alunos com deficiência física o acesso ao conhecimento e ao ambiente escolar, (2) uso de comunicação aumentativa e alternativa para atender às necessidades dos educandos com dificuldades de fala e escrita, (3) uso de comunicação com alunos surdos em Libras, (4) adequação de materiais didático-pedagógicos às necessidades dos educandos (tais como engrossadores de lápis, quadro magnético com letras com ímã fixado e tesouras adaptadas, entre outros), (5) recursos da informática (teclado, mouse, ponteira de cabeça, programas especiais e acionadores, entre outros), (6) recursos que podem ser utilizados para minimizar dificuldades funcionais, motoras e sensoriais do aluno com deficiência, (7) como promover acessibilidade arquitetônica e uso de mobiliário adequado (mesas, cadeiras e quadro, entre outros, bem como os recursos de auxílio à mobilidade: cadeiras de roda e andadores, entre outros), (8) função e atuação do profissional de apoio no ambiente escolar, (9) literatura que aborde pesquisas sobre inclusão de alunos com deficiência, (10) como viabilizar condições adequadas à sua locomoção, comunicação, conforto e segurança e (11) recursos para facilitar o desempenho desses alunos na realização das atividades escolares.

Gráfico 2 – Demandas de capacitações elencadas pelos estagiários



Fonte: Elaborado pelas autoras, com dados da pesquisa, 2023.

De acordo com as respostas obtidas dos participantes e apresentadas no gráfico acima, as temáticas para capacitação elencadas no questionário foram classificadas como muito importantes e importantes pelos estagiários. Destaca-se que as principais demandas estão relacionadas à necessidade de conhecer recursos que podem ser utilizados para minimizar dificuldades funcionais, motoras e sensoriais dos alunos e facilitar o seu desempenho durante a realização das atividades escolares que tinham relação com a sua atuação junto aos alunos da Educação Especial.

Entre os estudantes que tiveram disciplinas na graduação, houve elevada busca por cursos externos. Isso sugere que a formação inicial, mesmo nos cursos de Pedagogia e Educação Física, ainda não atende integralmente às demandas práticas. Embora a busca por capacitações externas demonstre iniciativa, ela não elimina o sentimento de despreparo e a responsabilidade de formação inicial adequada pela IES e em trabalho pela prefeitura. As maiores demandas de formação coincidem com o perfil dos alunos atendidos: TEA, TDAH e deficiência intelectual. Apesar da baixa incidência de surdez e baixa visão, a necessidade de capacitação em Libras e comunicação alternativa



aparece como prioritária, indicando a percepção dos estagiários de que podem vir a enfrentar esses desafios, ou que ainda se sentem despreparados para situações pontuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar tem sido um desafio para as instituições de ensino. Nesse contexto, a formação inicial e continuada desempenha um papel crucial na preparação para a atuação dos futuros professores na Educação Inclusiva. Nesse sentido, embora a formação docente seja reconhecida como um dos pontos cruciais para a promoção da Educação Inclusiva, ainda existem desafios e lacunas a serem superados, como indica este estudo.

Nos cursos de licenciatura da IES pesquisada, a oferta de disciplinas relacionadas à temática da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva ainda é pouco abordada durante a formação inicial de professores. Sobre a relação entre os tópicos descritos nas ementas e a carga horária das disciplinas, infere-se que a carga horária pode não ser suficiente para cumprir todo o conteúdo proposto de forma adequada. Considera-se, assim, que o estágio desempenha um papel fundamental no desenvolvimento profissional e pessoal, fornecendo uma oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos na sala de aula em um ambiente real de trabalho. Espera-se, portanto, que este trabalho estimule reflexões sobre a atuação do estagiário na Educação Inclusiva, desde o processo de contratação e capacitação durante o período de estágio não obrigatório, para que as práticas inclusivas aconteçam diariamente no ambiente escolar, proporcionando aos alunos com deficiência um auxílio humanizado e coerente com os princípios da Educação Inclusiva.

Ressalta-se que os dados apresentados e discutidos retratam apenas o perfil dos participantes da pesquisa, não sendo possível, portanto, generalizar os resultados para todos os alunos que fazem estágio não obrigatório na IES e nem para o perfil de alunos matriculados na rede municipal de educação, uma vez que existem outras demandas de estagiários da própria IES e de outras instituições, que não participaram da pesquisa. Sendo assim, não é possível afirmar que as respostas correspondem à realidade de todos os alunos da universidade. Por outro lado, os resultados obtidos por meio desta pesquisa indicam uma estreita relação entre a oferta de estágio não obrigatório e a inserção de estudantes de licenciatura – sobretudo da Pedagogia – no trabalho com estudantes da Educação Especial em escolas da Educação Básica, o que deve ser melhor analisado no contexto da política pública de inclusão escolar. O estudo aponta, ainda, alguns aspectos que se revelaram interessantes para investigação em trabalhos futuros, no sentido de ampliar a pesquisa realizada para outras instituições e regiões do país, o que proporcionaria uma maior clarificação sobre as diversas condições de implementação do estágio não obrigatório. Além disso, proporcionaria uma maior visibilidade das demandas de capacitação específicas que emergem no contexto da escolarização de estudantes da Educação Especial e de seus desdobramentos para a política educacional.

A pesquisa evidenciou fragilidades significativas na formação inicial dos estagiários que atuam no apoio a estudantes da Educação Inclusiva, mesmo em cursos que oferecem maior carga horária de disciplinas sobre inclusão, como Pedagogia e Educação Física. Essa insuficiência de preparo teórico reflete-se na elevada busca dos estagiários por capacitações externas realizadas por iniciativa própria, o que revela lacunas existentes e indica que essas formações pontuais não têm sido suficientes para garantir segurança plena na atuação prática junto aos alunos com deficiência.





Além disso, observou-se que as lacunas de formação são ainda mais críticas entre estudantes de cursos que possuem apenas o componente obrigatório de Libras, como Letras, Ciências Biológicas e Matemática, ampliando as dificuldades desses futuros profissionais no contexto inclusivo. As demandas de capacitação apontadas pelos participantes concentram-se especialmente em estratégias práticas para adaptação de materiais, comunicação alternativa, uso de recursos assistivos e compreensão adequada do papel do profissional de apoio. Diante desse cenário, reforça-se a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de formação inicial e continuada, tanto por parte das instituições de ensino superior, quanto das redes municipais de educação, de forma a garantir o desenvolvimento de competências práticas e humanizadas que assegurem a efetividade da Educação Inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, **que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015b.

CUNHA, Nathália Moreira da; GLAT, Rosana; SIQUEIRA, Carla Fernanda Oliveira de; SILVA, Suzanli Estef. O perfil e a formação do estagiário mediador para suporte da educação inclusiva. *In: V Congresso Brasileiro de Educação Especial e VII Encontro Nacional dos Pesquisadores da Educação Especial*, 2012.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

IBIRITÉ (MG). Edital n. 5/2022. Processo seletivo para a prática de estágio na rede municipal de educação em 2023. **Ibirité**: órgão oficial do município, 28 de dezembro de 2022.

LIMA, Felipe; SANTOS, Valdeci Luiz Fontoura; GIARETA, Paulo Fioravante. **As contribuições do estágio não obrigatório na formação inicial do pedagogo docente**. *Pesquisas e Práticas Educativas*, v. 1, p. e202001, 19 jul. 2020.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional?. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 28, e280081, 2023. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782023000100254&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 jul. 2023. Epub 02-Ago-2023. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782023280081>.

LOPES DE BARROS, Sheila; DAINEZ, Débora. Tendências da judicialização na educação da pessoa com deficiência. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, SP, v. 10, n. 2, p. 93-106, 2023. DOI: 10.36311/2358-8845.2023.v10n2.p93-106. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/14839>. Acesso em: 31 mar. 2024.

MELO, Charyze de Holanda Vieira; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Judicialização da Educação Especial: inclusão escolar na rede regular de ensino em um município de Mato Grosso do Sul. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, SP, v. 10, n. 2, p. 79-92, 2023. DOI: 10.36311/2358-8845.2023.v10n2.p79-92. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/14889>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SANTOS, A. L. de O.; SILVA, J. H. da. Estágio não obrigatório e o curso de Pedagogia: dilemas e desafios na formação inicial e educação especial. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 14, n. 30, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3497>. Acesso em: 23 jun. 2023.



SCALABRI, Izabel Cristina; MOLINARI Adriana Maria Corder. Importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Revista Científica Unar**, 2013, v. 7, [online].

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas**. Ibirité, 2016a. Disponível em: <https://www.uemg.br/component/phocadownload/category/2538-unidade-passos?download=13992:ppc-ciencias-biologicas-licenciatura-passos-2023>. Acesso em: 25 jun. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física**. Ibirité, 2016b. Disponível em: https://uemg.br/images/2021/05/25/PPC_Educa%C3%A7%C3%A3o_F%C3%ADsica_licenciatura_aprovado_coepe_18.11.16.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês**. Ibirité, 2016c. Disponível em: <http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/Arq20161223155117PP.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática**. Ibirité, 2016d. Disponível em: <http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/Arq20160929110313PP.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Ibirité, 2016e. Disponível em: <https://uemg.br/graduacao/cursos2/course/pedagogia>. Acesso em: 25 jun. 2023.

VALLE, Jan Weatherly. **Incluindo alunos com deficiência intelectual em comunidades de sala de aula**. In: BORGES, Adriana Araújo Pereira; PLETSCHE, Marcia Denise (Org.). O aluno com deficiência intelectual na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2002. p. 15-45.

